



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA: _____



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2020 - PMERJ

EDITAL DEFINITIVO PREGÃO ELETRÔNICO – SIGA (COMPRAS)

1 – INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM, com sede na Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, torna público que, devidamente autorizado pelo CEL PM RG 53.548, ID FUNCIONAL 21518157 ALEXANDRE ASSUMPCÃO SALVADOR, por delegação de competência conferida pela Resolução SEPM Nº 190 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019, na forma do disposto no processo administrativo n.º E-35/192/58/2019, que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG n.º 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

1.4 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 7,00 (sete reais), na Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro, RJ – Quartel General – Diretoria de Licitações e Projetos – Seção de Pregão – telefone nº (21) 2333-2665, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, agência 6898, conta corrente n.º 3023-6, a favor da PMERJ.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro, RJ, (Seção de Pregão), de 09:00 até 17:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por fac-símile n.º (21) 2333-2665 ou e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro, RJ (Seção de Pregão), de 09:00 até 17:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por fac-símile n.º (21) 2333-2665 ou e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

1.6.1 Caberá à autoridade superior decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br através do nº (número da licitação no portal) na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2- DO OBJETO, DO PRAZO DE ENTREGA E DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de Cédulas de Identidade e Selos Holográficos de Autenticidade, na forma do Termo de Referência.

2.2 O prazo máximo para a entrega dos bens será de até 30 dias úteis a contar da data de assinatura de contrato.

2.3 O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com o cronograma de entrega, conforme o Termo de Referência.

3 - DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases,



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	14	05	2020	10:00
Limite acolhimento das propostas	01	06	2020	09:00
Data de abertura das propostas	01	06	2020	09:30
Data da realização do Pregão	01	06	2020	10:00
Processo nº	E-35/192/58/2019			
Tipo	Menor preço unitário			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	12/05/2020			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	PE 048/2020			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 100 e/ou 120

PROGRAMA DE TRABALHO: 06.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.05

5 - TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo menor preço unitário por item.

5.2 O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE está fixado na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários – Anexo 3 do Edital.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

6.5A O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

6.6 Não será permitida a participação em regime de consórcio.

6.6.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que na aquisição de Cédulas de Identidade e Selos Holográficos de Autenticidade, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Destarte, que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.3.1 No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo 7, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 15.2.1.

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo 2), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

9.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento será considerada.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 6 do Edital.

9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Secretaria de Estado de Polícia Militar, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

10.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou,



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 – Regras Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP nº 20.031-040 - Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) declaração, na forma do Anexo 8 – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a.1) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

a.2) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

a.3) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

b) os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela autoridade superior na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

12.2. Habilitação Jurídica

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2.1 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

12.3.2.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

12.3.2.3 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.4.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

a) atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 30, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 que indiquem nome, função, endereço e o telefax de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

12.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

12.6.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 5, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13 - DAS AMOSTRAS

13.1 Poderá ser exigida do primeiro colocado a apresentação de AMOSTRAS de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao pregoeiro, localizado na Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, Tel.: (021) 2333-2665 Fac-símile (021) 2333-2665. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

13.2 A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

13.3 A amostra será analisada por representante da Diretoria de Pessoal da Ativa/DPA/SI, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.4 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

13.5 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o licitante, neste caso, ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada da amostra, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio da Secretaria de Estado de Polícia Militar.

13.6 A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

14 - DOS RECURSOS

14.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2 A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.3 As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br ou para o fax (21) 2333-2665, com posterior envio do original, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesas, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

15.3 O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo 7, como condição para assinatura do contrato.

15.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela autoridade superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

16.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

16.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

16.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

16.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

16.6 O pagamento será parcelado, após a entrega integral de cada parcela de materiais e da sua aceitação; considera-se pagamento avista aquele realizado no prazo informado no item 16.3.

16.7 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

PENALIDADES

17.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

b) multas previstas em edital e no contrato.

17.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

17.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

17.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 17.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

17.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

17.4.1 As sanções previstas na alínea b do item 17.1 e nas alíneas a e b, do item 17.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.2 As sanções previstas na alínea a do item 17.1 e na alínea c, do item 17.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 17.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

17.5 As multas administrativas, previstas na alínea b do item 17.1 e na alínea b, do item 17.2:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 17.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

17.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 17.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

17.9 Se o valor das multas previstas na alínea b do item 17.1, na alínea b, do item 17.2 e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

17.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 17.1 e nas alíneas a, b e c, do item 17.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.2.

17.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5%



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

(cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

17.13 As penalidades previstas nos itens 17.1 e 17.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

17.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 17.1 e nas alíneas c e d do item 17.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.14.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 17.14.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

18 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Diretoria de Licitações e Projetos – Rua Evaristo da Veiga, n.º 78, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

19 – DO PRAZO

19.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto 3.149/80.

20 - GARANTIA

20.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.1.1 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

20.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

20.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

20.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

21.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 1	Termo de Referência
Anexo 2	Proposta Detalhe
Anexo 3	Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários
Anexo 4	Minuta Contratual
Anexo 5	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (item 12.6.1)
Anexo 6	Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo 7	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Anexo 8	Declaração de inexistência de penalidade

21.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

21.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2020.

ORDENADOR DE DESPESAS



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Polícia Militar

VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

CÉDULAS DE IDENTIDADE E SELOS HOLOGRÁFICOS DE AUTENTICIDADE

1- OBJETIVO:

O presente Termo de Referência destina-se a **AQUISIÇÃO DE CÉDULAS DE IDENTIDADE E SELOS HOLOGRÁFICOS DE AUTENTICIDADE** para dependentes e pensionistas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O Objeto do presente Termo de Referência será realizado por meio de licitação na Modalidade de Pregão de acordo com a lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e lei 8.666/93, a fim de atender as necessidades da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

“Art. 1º- Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei”



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

2 - JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente impende destacar, a CI/PMERJ/DPA SEI Nº1416, remetido e exarado pelo Sr. **MAJ PM OTÁVIO** Luís dos Santos, Chefe da seção de Identificação, de onde foram extraídas as informações utilizadas como referencial para formalização do presente Termo de Referência, tais como, especificação do objeto, quantitativo demandado, metodologia de cálculo usada para determinar este quantitativo, justificativa fática, entre outras informações de caráter específico, os quais, foram inseridos nesse Termo de Referência.

Considerando o advento do Decreto nº 32, de 29 de novembro de 2018, o qual altera no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Carteira de Identificação Policial Militar e a Carteira de Identificação para Dependentes e Pensionistas.

Considerando a necessidade de troca da identidade do PM quando ele é promovido, quando ele possui restrição médica (retirado o porte do PM), quando ele é submetido a PAD e por determinação Judicial. O que gera uma média de 100 atendimentos diários na Seção de identificação.

Considerando que a seção de Identificação possui em estoque na atualidade a quantidade de 1.500 cédulas de identidade sem porte e 3.850 cédulas de identidade com porte. Com capacidade de atendimento à corporação pelo período equivalente aos meses de julho, agosto e setembro.

Considerando que o consumo atual está girando em torno de 1.000 cédulas de identidade **com porte** por mês, e 500 cédulas de identidade **sem porte** por mês. Sendo que estas quantidades são para atender as demandas de identificação da Corporação e se dá em um processo contínuo.

Considerando que tal modificação do modelo das cédulas de identidade, visa atender às necessidades de adaptação surgidas ao longo do tempo e com a



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

publicação da resolução SEPM nº 60 que regula o fornecimento de cédulas de identidade no âmbito da PMERJ, conforme bol PM nº 81 de 08Mai19.

Desta forma, este documento tem por finalidade a aquisição mais eficiente das cédulas de identidade para a corporação, de forma que a Seção seja abastecida com o material à medida que o estoque esteja findando.

3 - OBJETO:

3.1. Especificação sumária:

ITEM	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UND	QNT
01	158325	IMPRESSO PERSONALIZADO, MODELO: CEDULA DE IDENTIDADE, QUANTIDADE VIAS: 01 VIA COM 02 DOBRAS, DIMENSAO (L X C): 192MM X 65MM, GRAMATURA PAPEL: 94 G/M², COR PAPEL: BRANCA, FORMA FORNECIMENTO: FOLHA TAMANHO PADRAO A4 COM 4 ESPELHOS Código do Item: 7540.021.0078 Complemento de item: 20.500 cédulas com porte 9.000cédulas sem porte 500 cédulas para dependentes	UN	30.000
02	158326	SELO AUTENTICIDADE, MATERIAL: TIPO HOT MELT, FORMATO: RETANGULAR, TAMANHO: 38MM X 26MM, PERSONALIZACAO: FUNDO ANTICOPIATIVO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TARJA FILIGRANA COMPLEXA, FORMA FORNECIMENTO: FOLHA SANFONADA CONTENDO 50 SELOS Código do Item: 7690.006.0003	UN	30.000
03	158324	PORTA DOCUMENTO, MATERIAL: PVC, COR: TRANSPARENTE POROSO, MEDIDAS: 68MM X 99MM, PERSONALISADO: NAO, APLICACAO: GUARDAR DOCUMENTO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7520.041.0006	UN	30.000



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

3.2. Especificação detalhada:

3.2.1. DAS CARACTERÍSTICAS DO PAPEL:

- a) Folha de papel, na cor branca, no tamanho A4 e com gramatura de 94 g/m²;
- b) Segurança filigranado com fibras coloridas e fibras luminescentes reagentes à iluminação UV; e
- c) Marcas d'água com a sigla "PM IDT SI", na horizontal, margeando externamente o lado inferior do quadrilátero reservado a impressão digital nas cédulas de identidade.

3.2.2. DO FORMATO BÁSICO E DIMENSÕES:

- a) A fonte das letras será ARIAL em todas as palavras e ARIAL BLACK para a expressão "POLICIA MILITAR"
- b) Cada folha deverá apresentar 04 (quatro) espelhos, dispostos horizontalmente, com área de impressão de 192 mm de largura x 65 mm de altura (cada espelho), de forma que, ao ser dobrado, cada cédula admita a dimensão de 96 mm de largura e 65 mm de altura;
- c) na primeira face do anverso conterà:
 - Uma moldura, em Calcografia, com 3 mm de largura, contendo na parte superior a expressão "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" com a tarja possuindo a medida de 43,00mm de largura, com as extremidades arredondadas e na parte inferior a expressão "CARTEIRA DE IDENTIDADE", com a tarja possuindo a medida de 35,00mm de largura, com as extremidades arredondadas. Ambas com letras verdes e com a tarja medindo a altura de 2,95mm;
 - No canto superior esquerdo haverá um quadrilátero vazado de 30mm de largura por 40mm de altura destinada à fotografia;
 - A direita da fotografia terá impresso o Brasão do Estado do Rio de Janeiro com 12mm de altura e 9,5mm de largura, em cores reais;
 - A direita do Brasão do Estado do Rio de Janeiro haverá os indicadores iniciais superpostos "ESTADO DO RIO DE JANEIRO", com texto na cor preta e tamanho de 2mm de altura e 30mm de largura e "POLÍCIA MILITAR", destacada com texto na cor vermelha e tamanho de 5mm de altura e 36,50 de largura;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

- Campos destinados ao Grau Hierárquico (GH) ou grau de Parentesco (GP), número do Registro Geral (RG), à Data de Praça (DATA DE ADMISSÃO) ou Data da Averbação (DATA DE AVERBAÇÃO), à data de validade (VALIDADE), o nome (NOME) para os policiais militares, dependentes e pensionistas e abaixo do último campo, haverá um espaço destinado à assinatura do identificado (ASSINATURA DO IDENTIFICADO);

GH (somente na carteira Funcional)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
GP (somente na carteira de Dependente)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
RG	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
DATA DE ADMISSÃO (somente na carteira Funcional)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
DATA DE AVERBAÇÃO (somente na carteira de Dependente)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
VALIDADE	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
NOME	7,00mm de altura por 50,50mm de largura
ASSINATURA DO IDENTIFICADO	7,00mm de altura por 80,00mm de largura

- Embaixo da assinatura do identificado a expressão “PERMITIDO PORTE DE ARMA FORA DO SERVIÇO – LEI Nº 10.826 DE 22/12/2003” com 80mm de largura, em letras vermelhas, somente nas carteiras de identidade com porte de arma; e

- O Brasão da República em impressão Offset, no fundo numismático, no tamanho de 42,00mm de altura por 36,5mm de largura, centralizado, descontando o espaço destinado a fotografia.

d) na segunda face do anverso conterá:

- Uma moldura, em Calcografia, com 3 mm de largura, contendo na parte superior a expressão “LEI Nº 7.116 DE 29/08/83” com a tarja possuindo a medida de 35,00mm de largura, com as extremidades arredondadas. Na parte inferior a expressão “VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL”, com a tarja



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

possuindo a medida de 48,00mm de largura, com as extremidades arredondadas.

Ambas com letras verdes e com a tarja medindo a altura de 2,95mm;

- A filiação (FILIAÇÃO), tipo sanguíneo (T.S.) e fator Rh (F. RH.) em letras vermelhas, na parte superior;

- A data de nascimento (NASCIMENTO), naturalidade (NATURALIDADE), o número do programa de formação do patrimônio do servidor público (PASEP) exceto para inativos, dependentes e pensionistas. A ficha datiloscópica (FD), cadastro de pessoa física (CPF), registro cartorial de forma reduzida a comarca, cartório, livro, folha e número de registro de casamento ou de nascimento com o município e estado abreviado (REGISTRO) e o tipo de arma, fabricante, calibre, numeração e SIGMA (ARMAS), no canto médio esquerdo;

- Um quadrilátero vazado de até 30mm por 30mm de área no canto médio direito, destinado à impressão digital do polegar da mão direita;

- A expressão "POLEGAR DIREITO" em letras minúsculas, medindo 7,50mm de altura por 0,75 de largura, na posição vertical, centralizado com o espaço destinado a impressão digital e na extremidade externa a esquerda do quadrado;

- No canto esquerdo inferior a assinatura do dirigente do órgão expedidor (CHEFE DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO) com 26,00mm de largura com 1,00mm de altura e uma linha acima com 52,00mm de largura;

- No canto direito inferior a data da expedição da carteira (DATA DE EXPEDIÇÃO); e

- O Brasão da República em impressão Offset, no fundo numismático, no tamanho de 42,00mm de altura por 36,5mm de largura, centralizado, descontando o espaço destinado ao polegar direito.

FILIAÇÃO	9,00mm de altura por 65,00mm de largura
TIPO SANGUÍNEO	4,00mm de altura por 14,00mm de largura
FATOR RH	4,00mm de altura por 14,00mm de largura
NASCIMENTO	4,00mm de altura por 22,00mm de



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

	largura
NATURALIDADE	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
PASEP (somente na carteira Funcional)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
PIS/PASEP (somente na carteira de Dependente)	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
CPF	4,00mm de altura por 22,00mm de largura
FICHA DATILOSCÓPICA	9,00mm de altura por 14,00mm de largura
REGISTRO (somente na carteira Funcional)	4,00mm de altura por 52,00mm de largura
ARMAS (somente na carteira Funcional)	11,50mm de altura por 52,00mm de largura
REGISTRO DE (somente na carteira de Dependente)	18,00mm de altura por 52,00mm de largura
DATA DE EXPEDIÇÃO	4,00mm de altura por 18,50mm de largura
CHEFE DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO	Linha com 52,00mm de largura

e)
No

verso conterà:

- Impressão de Tipografia composto de numeração sequencial com 07 (sete) algarismos, localizada no verso do espelho, na altura da segunda face do anverso, disposta na posição vertical tangenciando a dobra da cédula; e
- f) O formato dos campos destinados à impressão variável possui como forma uma linha no formato de um quadrilátero, possuindo as suas extremidades arredondadas



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

e no canto esquerdo superior o nome específico da informação. Com os parâmetros de medidas elencados nas letras “b” e “c”.

3.2.3. DAS CARACTERÍSTICAS DA CARTEIRA DE IDENTIDADE POLICIAL MILITAR (FIGURA 01/FIGURA02):

3.2.3.1. CALCOGRAFIA:

a) Moldura com 3mm de largura em tarja em talho doce que:

- Será impressa em duas tonalidades da cor verde (calcografia em duas cores);
- Conterá a Imagem Latente com a palavra “BRASIL” nas laterais verticais de ambos os lados da moldura;
- Conterá Faixa de microletra negativa, contornando internamente a tarja, quando houver alguma expressão escrita em letra maiúscula;
- Conterá faixa de microletra positiva, contornando externamente a tarja.

b) Na primeira face do anverso:

- Na parte superior da moldura, centralizado, conterá a expressão “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL” dentro da tarja que medirá 43mm de largura e possuirá um formato arredondado nas laterais;
- Na parte inferior da moldura, centralizado, conterá a expressão “CARTEIRA DE IDENTIDADE” dentro da tarja que medirá 35mm de largura e possuirá um formato arredondado nas laterais;

c) Na segunda face do anverso:

- Na parte superior da moldura, centralizado, conterá a expressão ““LEI Nº 7.116 DE 29/08/83” dentro da tarja que medirá 35,00mm de largura e possuirá um formato arredondado nas laterais;
- Na parte inferior da moldura, centralizado, conterá a expressão “VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL” dentro da tarja que medirá 48,00mm de largura e possuirá um formato arredondado nas laterais;

d) impressão em calcografia cilíndrica em processo Talho-Doce, em toda moldura;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

3.2.3.2. OFFSET:

- a) Fundo numismático simplex com o brasão das Armas da República incorporado, medindo 36,50mm de largura por 42,00mm de altura e centralizado (descontando o espaço da fotografia e digital) em cada face do anverso. A tonalidade alaranjada deverá seguir as seguintes especificações do CMYK – C 1, M 2, Y 38 e K 0.
- b) fundo numismático possuindo como trama de segurança, a sigla “PMERJ”, na diagonal, na cor alaranjada, envolta do Brasão da República, na parte interna da moldura, considerando todas as imagens existentes e não presente nos espaços destinados a fotografia e impressão digital. A tonalidade alaranjada deverá seguir as seguintes especificações do CMYK – C 1, M 2, Y 38 e K 0.
- c) Todas as imagens e especificações descritas no item “V” – ESPECIFICAÇÃO – letra “C” e “D”, salvo as impressões em calcografia.
- d) na primeira face do anverso, entre o espaço para assinatura do identificado e a moldura inferior com a expressão “CARTEIRA DE IDENTIDADE” terá impressa a expressão: “PERMITIDO PORTE DE ARMA FORA DO SERVIÇO – LEI Nº 10.826, DE 22/12/03”, na cor vermelha, exceto nas cédulas de identidade sem autorização para o porte de armas emitidas aos Dependentes, Pensionistas e policiais militares com restrição ao porte;
- e) brasão da polícia militar (GRP), centralizado na segunda face do anverso, medindo 25mm de largura por 33mm de altura, em impressão invisível fluorescente reagente à iluminação UV, com o texto: “POLÍCIA MILITAR, ESTADO DO RIO DE JANEIRO” (acima da figura) e “ORIGINAL” (abaixo da figura seguindo o contorno do desenho).

OBS.: – Nas cédulas de identidade funcional sem autorização para o porte de arma, não constará a expressão “PERMITIDO PORTE DE ARMA FORA DO SERVIÇO – LEI Nº 10.826, DE 22.12.03”.

3.2.3.3. TIPOGRAFIA:

- a) para as carteiras funcionais **COM PORTE DE ARMA (FIGURA 01)**, numeração tipográfica sequencial composta por 07 (sete) algarismos com



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

início em 1000001 localizada no verso do espelho, parte interna do documento, e disposta na posição vertical tangenciando a dobra da cédula;

b) para as carteiras funcionais **SEM PORTE DE ARMA (FIGURA 02)**, numeração tipográfica sequencial composta por 07 (sete) algarismos com início em 2000001 localizada no verso do espelho, parte interna do documento, e disposta na posição vertical tangenciando a dobra da cédula;

3.2.4. SUPORTE:

a) Porta documentos (poroso) com tampa em formato de 68mmx99mm, em PVC 0,20.

3.2.5. AS CARACTERÍSTICAS DA CARTEIRA PARA DEPENDENTES E PENSIONISTAS (FIGURA 03):

3.2.5.1. CALCOGRAFIA:

a) na primeira face do anverso, moldura de 3mm de largura, de fundo verde com desenhos característicos em branco, contendo na parte superior a expressão “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, e na parte inferior da primeira face do anverso a expressão “CARTEIRA DE IDENTIDADE”, em letras verdes sobre a filigrana;

b) na segunda face do anverso, moldura de 3mm de largura, de fundo verde com desenhos característicos em branco, contendo na parte superior a expressão “VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL”, e na parte inferior a expressão “LEI Nº 7.116, DE 29.08.83”, em letras verdes sobre a filigrana; e

c) impressão em calcografia cilíndrica em processo Talho-Doce, em toda a moldura;

3.2.5.2. OFFSET:

a) Fundo numismático simplex esverdeado, com o brasão das Armas da República incorporado, medindo 36,50mm de largura por 42,00mm de altura e centralizado (descontando o espaço da fotografia e digital) em cada face do



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

anverso. A tonalidade do fundo deverá seguir as seguintes especificações do CMYK – C 15, M 0, Y 29 e K 0.

b) Fundo numismático possuindo como trama de segurança a sigla “PMERJ”, na diagonal, na cor esverdeada, envolta do Brasão da República, na parte interna da moldura, considerando todas as imagens existentes e não presente nos espaços destinados a fotografia e impressão digital. A tonalidade de fundo deverá seguir as seguintes especificações do CMYK – C 15, M 0, Y 29 e K 0.

c) Todas as imagens e especificações descritas no item “V” – ESPECIFICAÇÃO – letra “C” e “D”, salvo as impressões em calcografia.

d) À direita da fotografia terá impresso o Brasão do Estado medindo 9,50 de largura por 12,00 de altura, sem cores vivas e os indicadores iniciais superpostos: a expressão “ESTADO DO RIO DE JANEIRO” medindo 30,00mm de largura por 1,50mm de altura e a expressão “POLÍCIA MILITAR” medindo 22,50mm de largura por 2,00mm de altura. Ambos as letras na cor verde; e

e) brasão da polícia militar (GRP) centralizado na segunda face do anverso, medindo 25mm de largura por 33mm de altura, em impressão invisível fluorescente reagente à iluminação UV, com o texto: “POLÍCIA MILITAR, ESTADO DO RIO DE JANEIRO” (acima da figura) e “ORIGINAL” (abaixo da figura seguindo o contorno do desenho

3.2.5.3. TIPOGRAFIA:

a) para as carteiras de dependentes e pensionistas, numeração tipográfica sequencial composta por 07 (sete) algarismos com início em 3000001 localizada no verso do espelho, parte interna do documento, e disposta na posição vertical tangenciando a dobra da cédula;

OBS.: – Nas cédulas de identidade para dependentes não constará a expressão “PERMITIDO PORTE DE ARMA FORA DO SERVIÇO – LEI Nº 10.826, DE 22.12.03”. Nessas cédulas não haverá campo destinado ao registro das armas.

3.2.6. DO SELO DE AUTENTICIDADE:



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSIONº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

- a) o selo de autenticidade holográfico é constituído de um impresso específico em impressão 4/0, com numeração tipográfica sequencial composta por 06 (seis) algarismos com início em 152.401;
- b) deverá ser utilizado no selo de autenticidade, adesivo tipo Hot Melt;
- c) o acabamento será em folha sanfona, contendo 50 selos de autenticidade por folha;
- d) os selos de autenticidade serão entregues sem esqueleto;
- e) a impressão calcográfica dos selos de autenticidade terá o formato de 38mm x 26mm (Largura x Altura); e
- f) será utilizada impressão à Laser na numeração do selo de autenticidade.

4 – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA:

PRAZO DE ENTREGA

O prazo máximo para a entrega será de até 30 (trinta) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato.

LOCAL DE ENTREGA:

O material deverá ser entregue na Seção de Identificação da PMERJ (SI), situado a Av. Marechal Fontenele – 2.906 – Jardim Sulacap/RJ, com agendamento prévio por meio de telefone (21) 2332-8456, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, no horário das 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

CONDIÇÃO DE ENTREGA:

A entrega das cédulas será de **forma parcelada** com previsão de pedido inicial da quantidade de 14.500 cédulas de identidade com porte, 6.000 cédulas de identidade sem porte, 500 cédulas de identidade para dependentes, 21.000 porta documentos poroso e 21.000 selos holográficos de autenticidade.

Sendo que estas quantidades são para atender as demandas de identificação da corporação pelo período de 1 ano. Com previsão de para o segundo pedido de



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

6.000 cédulas de identidade com porte, 3.000 cédulas de identidade sem porte, 9.000 porta-documentos porosos e 9.000 selos holográficos de autenticidade.

O recebimento do objeto será:

Provisoriamente: no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado.

Definitivamente: em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Todos os custos referentes à entrega como impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que ocorram, serão de responsabilidade da empresa contratada.

A empresa deverá encarregar-se pela descarga do material no local citado.

A pretensa aquisição deverá ser nova e entregue acondicionada em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação e fabricante.

5- AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO:

Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Contratante.

6- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Empresa contratada deverá comprovar capacitação técnica, por meio de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem haver prestado, a contratada, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos congêneres ao objeto desta licitação.

7- DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ÓRGÃO:

A reserva orçamentária será definida em data oportuna, após despacho exarado pelo Diretor de Licitações e Projetos (DLP), que será devidamente encaminhado a Diretoria Geral de Administração financeira (DGAF), solicitando de igual modo, informar se existe reserva orçamentária, para aquisição do referido material e em que código de natureza de despesa ele se enquadra.

8- CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Termo serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

O pagamento será realizado **de forma PARCELADA**, conforme quantidade fornecida.

O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

9- GARANTIA:

O prazo de garantia será igual ao fornecido pelo fabricante ou de no mínimo 12 (doze) meses, o que for mais vantajoso para Administração, prevalecendo à garantia oferecida pelo fabricante dos mesmos, se for prazo superior, e começará a correr findo o prazo da garantia legal de que trata a lei nº 8.078/90 o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sem ônus para PMERJ.

Se o percentual do produto condenado for igual ou maior que 20% (devido a alterações vistas a olho nu) o recebimento de todo o carregamento poderá ser embargado, se menor que 20% a quantidade da parte condenada será devolvida.

Durante o prazo de garantia dos materiais o fornecedor fica obrigado a substituir as unidades que apresentarem defeitos de fábrica ou de qualidade do produto, por outros em plenas condições de utilização e rigorosamente em conformidade com a especificação técnica, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação por parte da PMERJ, sob pena de, deixando a contratada de cumprir o disposto neste Termo de Referência, ser submetida às penalidades previstas em Lei.

10- PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) por autoridade competente, conforme ato de nomeação.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

11- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no contrato.

12- MEMÓRIA DE CÁLCULO:

Para o adequado desempenho de todas as funções relacionadas com o planejamento apresentado, faz-se necessária a aquisição do item conforme o quantitativo descrito na planilha abaixo, que tem por base as informações repassadas pela DPA/SI da Corporação em relação à quantidade necessária.

TIPO DE CÉDULA DE IDENTIDADE	ESTOQUE ATUAL	MÉDIA DE CONSUMO POR MÊS	CAPACIDADE MÉDIA PARA OS PRÓXIMOS ATENDIMENTOS
SEM PORTE	1.500	500	3 MESES
COM PORTE	3.850	1.000	

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deverá:

- entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos conforme especificados neste Termo;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSIONº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros; e
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

14- JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS:

O julgamento reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

O valor referencial relativo ao objeto deste Termo de Referência, será definido posteriormente, após empreendida a devida pesquisa mercadológica, sendo seu valor de aceitabilidade definido pelo Ordenador de Despesa.

15-SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

Fica o licitante, sujeito às sanções administrativas e demais penalidades, nos casos fixados no contrato e em conformidade com os termos estabelecidos nos artigos 86 e 87 do Decreto n.º 3.149, de 28 de Abril de 1980, no artigo 7º Lei no 10.520, de 17 de Julho de 2002, no artigo 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de Maio de 2005 e nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

16– RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA:

Sd Silvia Campos, Rg. 102.214, Id. Funcional 5026752-3.

17 – GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO:

GESTOR:

-MAJ PM RG 77.308 CRISTIANO BEZERRA MAIA – CPF: 052.905.067-64 – ID FUNCIONAL: 2446761-8.

FISCAIS:

- CAP. PM RG 80.453 PAULO EDUARDO CORDEIRO CYRILO – CPF: 086.181.897-07 – ID. FUNCIONAL: 2641594-1;

- 2º SGT PM RG 76.231 WENDEL MARCOS BETTENCOURT DE ALMEIDA E SILVA – CPF: 020.855.417-39 – ID. FUNCIONAL: 2221267-1.

18. CONDIÇÕES GERAIS:

A empresa vencedora deverá apresentar amostra da Carteira de Identidade com o porta-documento e do Selo Holográfico de Autenticidade à Seção de Identificação da PMERJ, no prazo de 15 (quinze) dias para avaliação do material.

Quaisquer dúvidas relacionadas às condições estabelecidas neste termo, se não sanadas, poderão ser esclarecidas junto à:

- **Diretoria de Licitações e Processos da PMERJ**, localizada na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, primeiro andar, Centro, RJ. Tel: 2333-2693.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

- **Seção de Identificação da PMERJ**, situada na Av. Marechal Fontenele – 2.906
– Jardim Sulacap/RJ, por escrito ou pelo fone (21) 2332-8456.

LOCAL E DATA DA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Em, _____ de junho de 2019.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o Termo de Referência elaborado pelo servidor Silvia Carneiro de Campos, que traduz de forma adequada às necessidades, no tocante a **CÉDULAS DE IDENTIDADE E SELOS HOLOGRÁFICOS DE AUTENTICIDADE**, para dependentes e pensionistas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

Ordenador de Despesas



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSONº: E-35/192/58/2019

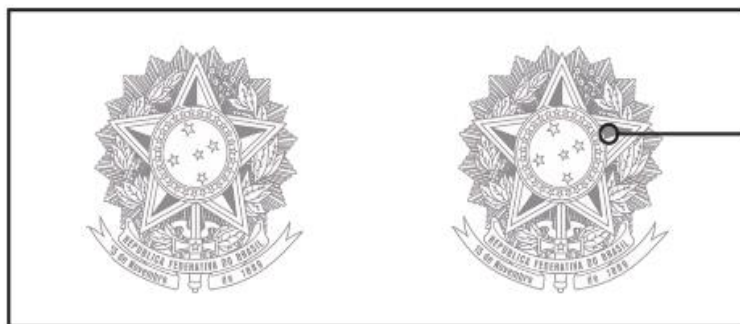
DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

CARTEIRA FUNCIONAL COM PORTE DE ARMA- Figura01

ELEMENTOS DE SEGURANÇA



TINTA DE SEGURANÇA UV



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

POLÍCIA MILITAR ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ORIGINAL

IMPRESSÃO INVISÍVEL DO BRASÃO DA PMERJ E TEXTO "POLÍCIA MILITAR, ESTADO DO RIO DE JANEIRO" E "ORIGINAL" COM 25mm x 33mm, TUDO REAGENTE A LUZ UV.

CARTEIRA FUNCIONAL SEM PORTE DE ARMA - Figura02

ELEMENTOS DE SEGURANÇA

FUNDO NUMISMÁTICO SIMPLEX

FUNDO NUMISMÁTICO SIMPLEX

TALIO DOCE
GUILHOCHÉ POSITIVO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

POLÍCIA MILITAR

R.G. GH

DATA DE ADMISSÃO VALIDADE

NOME

ASSINATURA DO IDENTIFICADO

CARTeira DE IDENTIDADE

LEI Nº - 7.116 DE 29/08/83

FELIÇÃO T.S. F. RH

NASCIMENTO NATURALIDADE

PAISEP FD

CIV

REGISTRO

ASSASS

DATA DE EXPEDIÇÃO

CHEFE DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

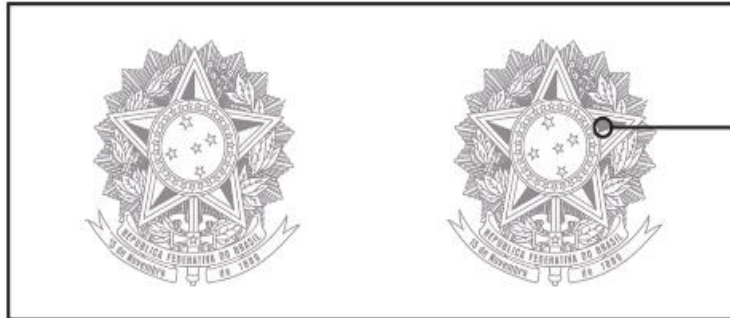
SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



TINTA DE SEGURANÇA UV

POLÍCIA MILITAR ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ORIGINAL

IMPRESSÃO INVISÍVEL DO BRASÃO DA PMERJ E TEXTO "POLÍCIA MILITAR, ESTADO DO RIO DE JANEIRO" E "ORIGINAL" COM 25mm x 33mm, TUDO REAGENTE A LUZ UV.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

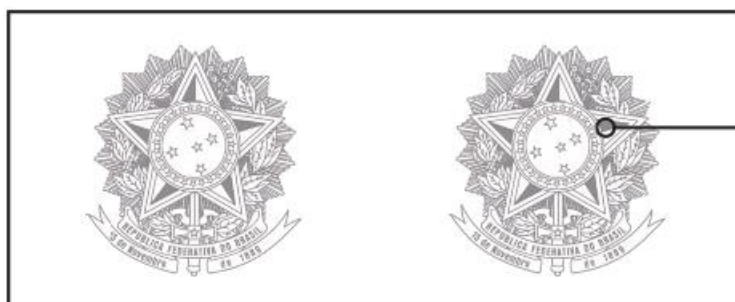
DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

CARTEIRA PARA DEPENDENTES E PENSIONISTAS - Figura03

ELEMENTOS DE SEGURANÇA





SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

POLÍCIA MILITAR ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ORIGINAL

IMPRESSÃO INVISÍVEL DO BRASÃO DA PMERJ E TEXTO "POLÍCIA MILITAR, ESTADO DO RIO DE JANEIRO" E "ORIGINAL" COM 25mm x 33mm, TUDO REAGENTE A LUZ UV.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

SELO DE AUTENTICIDADE - Figura04



PMERJ

SELO DE AUTENTICIDADE DA PM
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Talho Doce - Guilhoche Negativo

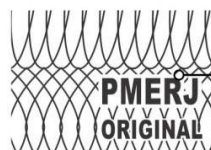
Talho Doce - Microtexto Positivo

Talho Doce - Falha Técnica PNERJ

Fundo Numismático Duplex

Talho Doce - Imagem Latente (RJ)

Fundo Geométrico Duplex



Tinta de Segurança UV



Faca de Segurança



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:




GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Polícia Militar

VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO 2

 <p style="text-align: center;">SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</p> <p style="text-align: center;">PROPOSTA DETALHE</p>	<p>Licitação por <u>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2020 -PMERJ</u> A Realizar-se em <u>01/06/2020</u> Às <u>10:00</u> h Requisição nº <u>PAM 0081.0082</u> de <u>2019</u> De <u>20/08/2019</u>. Processo nº E-35/192/58/2019</p>
	CARIMBO DA FIRMA
<p>A firma ao lado mencionada propõe ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do EDITAL n.º <u>P-048/2020 - PMERJ</u>.</p>	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA OFERECIDA	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL

<p style="text-align: center;">OBSERVAÇÕES:</p> <p>1.ª- A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser datilografada, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidades, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais os estaduais e descontos especiais. - ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. <p>2.ª- O Proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3.ª- As quatro primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.</p> <p>4.ª- A licitação mediante PREGÃO ELETRONICO poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a Legislação vigente.</p>	<p>Prazo de Entrega: De acordo com o mencionado no Termo de Referência.</p> <p>Validade da Proposta: preços válidos por 60 (sessenta) dias da entrega da proposta.</p> <p>Local de Entrega: Conforme especificado no Termo de Referência, Anexo 1 do Edital.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação Vigente.</p> <p style="text-align: right;">Em _____ / _____ / 2020</p>
	Firma Proponente
<p>DATA: / / 2020</p>	<p>_____ Firma Proponente – assinatura do responsável</p>



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Polícia Militar

VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 3

PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QUANT	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
01	158325	IMPRESSO PERSONALIZADO, MODELO: CEDULA DE IDENTIDADE, QUANTIDADE VIAS: 01 VIA COM 02 DOBRAS, DIMENSAO (L X C): 192MM X 65MM, GRAMATURA PAPEL: 94 G/M², COR PAPEL: BRANCA, FORMA FORNECIMENTO: FOLHA TAMANHO PADRAO A4 COM 4 ESPELHOS Código do Item: 7540.021.0078	UN	30.000	R\$ 2,97	R\$ 89.100,00
02	158326	SELO AUTENTICIDADE, MATERIAL: TIPO HOT MELT, FORMATO: RETANGULAR, TAMANHO: 38MM X 26MM, PERSONALIZACAO: FUNDO ANTICOPIATIVO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TARJA FILIGRANA COMPLEXA, FORMA FORNECIMENTO: FOLHA SANFONADA CONTENDO 50 SELOS Código do Item: 7690.006.0003	UN	30.000	R\$ 0,86	R\$ 25.800,00
03	158324	PORTA DOCUMENTO, MATERIAL: PVC, COR: TRANSPARENTE POROSO, MEDIDAS: 68MM X 99MM, PERSONALISADO: NAO, APLICACAO: GUARDAR DOCUMENTO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 7520.041.0006	UN	30.000	R\$ 0,42	R\$ 12.600,00
VALOR TOTAL: CENTO E VINTE SETE MIL E QUINHENTOS REAIS						R\$ 127.500,0000



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 4

MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº _____/2020

CONTRATO DE COMPRA DE CÉDULAS DE IDENTIDADE E SELOS HOLOGRÁFICOS DE AUTENTICIDADE, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A _____.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO neste ato pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Ordenador de Despesas CEL PM RG 53.548, ID FUNCIONAL 21518157 ALEXANDRE ASSUMPÇÃO SALVADOR, por delegação de competência conferida pela Resolução SEPM N° 190 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 e a empresa _____, situada na Rua _____ nº____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliado na Rua _____ nº _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato para compra de cédulas de identidade e selos holográficos de autenticidade, com fundamento no processo administrativo nº E-35-192-58-2019, que se regerá pelas normas da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição cédulas de identidade e selos holográficos de autenticidade, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento do objeto será entregue de forma parcelada de acordo com o cronograma de execução dos serviços, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros; e



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3.3.90.30.05

Programa de Trabalho: 06.122.0002.2016

Nota de Empenho: _____

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo _____ (autoridade competente), conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado, conforme Termo de Referência;

b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processame 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Diretoria de Licitações e Projetos – Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro - RJ, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____), a ser realizado em ____ (____) parcelas, conforme cronograma de execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____) cada uma delas, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento a Diretoria de Pessoal da Ativa/DPA/SI após a entrega.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES (cláusula alterada pela Resolução PGE nº 4447, de 09.09.2019)

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSIONº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no **PARÁGRAFO TERCEIRO** também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do **PARÁGRAFO SEGUNDO** serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa,



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SEXTO - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

PARÁGRAFO OITAVO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSIONº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

PARÁGRAFO NONO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSIONº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019
DATA: 03/06/2019 FLS: _____
RUBRICA:

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de _____ de _____.



**SECRETARIA DE ESTADO DE
POLÍCIA MILITAR**

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:

NOME DO ÓRGÃO

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

CONTRATADA

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 5

Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88
(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 048/2020 - PMERJ

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na
(endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº
_____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso
XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal
empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre
e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir
dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel
timbrado com CNPJ)



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSIONº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

Anexo 6

Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas Enquadradas no Art. 34, da LEI Nº 11.488, de 2007

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 048/2020 - PMERJ

_____, (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 7

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.11

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao **Pregoeiro**

a/c Sr. Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico nº 048/2020 - PMERJ

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO Nº: E-35/192/58/2019

DATA: 03/06/2019

FLS: _____

RUBRICA:



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Polícia Militar
VAMOS VIRAR O JOGO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 048/2020 - PMERJ

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

Impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)